

A PANDEMIA DA COVID-19 E AS [ATRIBULADAS] RELAÇÕES ENTRE UNIVERSIDADE, SOCIEDADE E COMUNICAÇÃO

Carlos Botazzo



Neste número da Cronos, entrevistamos os professores Paulo Sávio Angeiras de Goes, Professor Associado da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e Diretor Acadêmico da Faculdade de Medicina de Olinda-FMO; e o professor Paulo Cesar Miguez de Oliveira, Reitor da Universidade Federal da Bahia.

O professor Paulo Goes é natural de Água Preta, Pernambuco, onde foi Secretário de Saúde em duas gestões (1997 e 2005-2006). Graduou-se em Odontologia pela UFPE, com Mestrado em Odontopediatria na mesma universidade. Fez Doutorado em Epidemiologia e Saúde Pública na *London University* em 2001. Coordena disciplinas na graduação em Odontologia e no Programa de Pós-Graduação em Saúde da Criança e do Adolescente (UFPE). É líder do Grupo de Pesquisa em Planejamento, Gestão e Avaliação de Serviços de Saúde (Gestbucal). Foi Coordenador do Curso de Graduação e Chefe do Departamento de Odontologia Social da Faculdade de Odontologia de Pernambuco, Universidade de Pernambuco (UPE). Foi diretor de Desenvolvimento de Ensino da UFPE em 2014 e 2015 e Pró-Reitor de Assuntos Acadêmicos da UFPE entre 2015 e 2019.

O professor Paulo Miguez é natural de Salvador, Bahia. Graduou-se em Ciências Econômicas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) em 1979; e, pela mesma universidade, fez seus estudos de Mestrado em Administração, em 1995; e o Doutorado em Comunicação e Culturas Contemporâneas, em 2002. É professor Associado do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências (IHAC) da UFBA e pesquisador do Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura e do Observatório da Economia Criativa. No IHAC, coordenou o Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade de 2010 a 2012. Foi assessor especial do ministro Gilberto Gil e Secretário de Políticas Culturais do Ministério da Cultura entre 2003 e 2005. É Reitor da Universidade Federal da Bahia, tendo sido eleito e empossado para o quadriênio 2022-2026.

Tivemos, os editores deste número de Cronos, a rara felicidade de juntá-los nesta conversa instigante e a um só tempo potente. Eles discorreram sobre temas cruciais da contemporaneidade, como são as *fake news* e as problemáticas relações entre Ciência e Sociedade, sobretudo no que concerne à comunicação científica. Com mente aguda e linguagem franca, nesta entrevista, eles ofereceram reflexões críticas sobre questões urgentes que nos afetam nestas primeiras décadas deste, sem dúvida, atribulado século XXI. Boa leitura a todos e a todas.

Revista Cronos – *Se comunicação é a busca pelo comum, como afirma Milton Santos, em que medida um certo comum teria sido construído/comunicado durante a recente e ainda inacabada pandemia do Sars-cov no Brasil?*

Paulo Goes – De modo geral, a ciência se comunica mal. No caso brasileiro, esta questão se agrava, pois temos uma imprensa que age em bloco, de forma orientada e deliberadamente construída para deixar a todos alienados da realidade do ponto vista do concreto. E este fato se amplifica e aparece articulado com a inabilidade de instituições importantes, como são as universidades, em se comunicar com a sociedade. Veja bem que, quando falo em universidades, quero destacar que, salvo minoritárias exceções, todas contam com um enorme patrimônio a oferecer. Então, por que não se comunicam? Primeiro, porque essas instituições não se aliam com a sociedade na busca de soluções dos seus problemas, visto que os problemas sociais escassamente adentram os laboratórios e as salas de aula. E depois porque, lamentavelmente, estão mais voltadas em cumprir métricas impostas pela burocracia acadêmica, num círculo vicioso que, sim, as tornam instituições de reputação internacional, mas também afastadas da realidade social. Portanto, num cenário de pandemia, o meu questionamento é quem comunica o que e a quem? Cabe aqui ressaltar que, no início da pandemia no Brasil, nenhuma universidade chamou a atenção para o problema de que seria impossível saber onde estaríamos para enfrentar a covid, pois tudo indicava que o governo federal não o faria. E o nosso “corpo de baile”, quero dizer, nossa elite intelectual e científica não apresentou ao país nenhum alerta. Entre fevereiro e março de 2021, com a pandemia já claramente desenhada, a primeira nota com a proposição de medidas surge apenas em abril, na prestigiada *Revista Brasileira de Epidemiologia*, quando o Sars-Cov ganhava de 5 x 0 já no primeiro tempo.

Paulo Miguez – Concordo com o meu colega, em especial, quando ele chama a atenção para um problema central hoje na relação das universidades com a sociedade, que é a questão da comunicação, de se informar o que se faz dentro das universidades, os avanços científicos que são produzidos nos laboratórios e nos grupos de pesquisa. Acho que é um desafio que precisa ser enfrentado. Todavia, gostaria de realçar outra peculiaridade do problema, pois, entre nós, no Brasil, a ideia de “comum” experimenta, historicamente, um precário equilíbrio. De um lado, temos a disposição permanente para o “estar junto”, para o espírito comunitário, para o “comum”, fortemente presente nas tramas das classes populares, seja como estratégia para o enfrentamento das dificuldades do dia a dia resultantes da desigualdade crônica que experimentam, seja pela rica e encantadora algazarra com que, no espaço público das ruas, festejam fé e prazer, sagrado e profano. De outro lado, o que encontramos é a não menos permanente disposição das classes altas para o distanciamento, para o completo desprezo pelo que é público, para a busca incansável por uma pulseirinha vip, espécie de marca de origem que separa, que distingue daquilo que é “comum”. Aí vem o vírus, a pandemia. E, sim, você tem razão, de imediato, instala-se um “certo comum”. Um “certo comum”, mas, registremos, tão somente ancorado na fragilidade

da condição humana no embate com o vírus. De repente, somos todos a mesma coisa diante da ameaça da letal da pandemia: frágeis seres humanos. Seres humanos, todos, dependentes do sistema público de saúde, das UTIs e das enfermarias instaladas pelo poder público e que a todos tinham que receber. Sem distinção, ou seja, de nada valiam carteiradas, carteirinhas de plano de saúde, pulseiras vip. Mas, logo à saída dos centros de atenção à saúde instalados para receber os pacientes com covid, o sentido de “comum” ficava pra trás. Ou seja, no “pós-doença”, na convalescença, no imperativo do isolamento, nada do “comum”. Aqui, de novo e perversamente, a desigualdade foi (é) a marca. Aqui, de novo e sempre, a “distinção”, o ter ou não ter a pulseira vip se impôs como a regra histórica do cotidiano brasileiro.

RC – *A onda de negacionismos contemporâneos trouxe à tona um forte questionamento da ciência e seus produtos. Certas correntes do pensamento sempre questionaram formações paradigmáticas ou “ciência para resolver problemas”, com críticas consistentes ao modo de produção científica de tipo positivista ou neopositivista, voltado para os interesses centrais do capital. Como podemos conduzir críticas fundamentadas à ciência diante do obscurantismo que hoje predomina em círculos políticos e sociais bastante amplos? Como questionar sem incorrer no mesmo equívoco?*

PG – O grande desafio talvez fosse compreender que o bem comum a ser produzido pela ciência pudesse beneficiar a todos e não servisse apenas ao interesse do capital. Se pudessemos lançar uma luz para a ciência como problematizadora de questões importantes, como o desmatamento que afeta todos os biomas, mas particularmente o amazônico, além das questões de aculturação branca sofrida pelas populações remotas do semiárido e mesmo os povos ribeirinhos do Amazonas, isso sem falar da negação de direitos humanos a mulheres, ao povo negro e à população LGBTQIA+. Outro dia, eu me perguntava quantas questões a vida comum suscita, e o quanto nós, os cientistas, as ignoramos. O que acaba nos colocando em xeque para a discussão do cenário político no qual a ciência serve a interesses que aprisionam o ser humano e desrespeitam os direitos sociais, políticos e econômicos. Quando, para nós, se tornará um imperativo entender que foi o SUS que salvou o país da pandemia do Sars-Cov? Mas foi o SUS da assistência hospitalar ou o SUS estruturado para os modelos de vigilância e promoção de saúde? Me pareceu que APS, tão desestruturada que estava, correu para debaixo da cama. Onde estavam os ACS nesse processo? Outro exemplo, que me pareceu absurdo, foi a quantidade de *papers* produzidos sobre a covid-19. Passou-se a associar tudo com a covid; departamentos e áreas de conhecimento que nunca haviam sequer estudado a dinâmica, a etiologia e a distribuição na população de uma doença infecciosa passaram a publicar *papers* sobre a covid-19. Pois publicar, para nossa ciência, é uma norma e uma imposição. Nosso dilema: seria possível para a ciência vir-a-ser o balizador da sociedade na busca desse comum? Isso para além de alimentar o seu próprio complexo produtivo, constituído pela intrincada relação entre artigos, periódicos, bolsas etc.?

RC – *Professor Paulo Miguez gostaria de comentar?*

PM – Sim, é isso. Mas temos de levar em conta o ambiente cultural onde a ciência é produzida. O debate com os positivistas e neopositivistas compõe, de alguma forma, o ambiente da produção científica. A rigor, é um debate no campo da ciência feito por cientistas que pensam ciência de formas distintas. O negacionismo me parece algo de outro tipo. É algo mais perigoso porque desacredita a ciência como tal. Aqui, em tempos de obscurantismo, o questionamento não se dá quanto ao tipo de ciência que se quer, não está em jogo a quem deve servir a ciência. Os obscurantistas simplesmente negam a existência da ciência como um campo de atividade, negam a própria produção de conhecimento, costumam depositar em falsas perspectivas religiosas a solução dos problemas dos homens. Lá, dois cientistas de correntes de pensamento distintas debatem. Aqui, o (falso) pastor nega o cientista, o conhecimento.

RC – *Notícias falsas, injuriosas e caluniosas ou simplesmente com vistas a produzir desinformação ou certo caos informacional tornaram-se comuns como ferramenta política. Hannah Arendt, em ensaio publicado nos anos 1970, analisou o uso da mentira como ferramenta política, com base nos conhecidos informes sobre a Guerra do Vietnã, elaborados e difundidos pelo Departamento de Estado norte-americano e que depois foram denunciados como fraudulentos. Você poderia traçar um paralelo entre as fake news atuais e esta interpretação de H. Arendt?*

PG – Naturalmente que o paralelo pode ser estabelecido. Imagino que Arendt não tinha ideia do que seria esse cenário à luz das redes sociais contemporâneas e da comunicação em velocidade exponencial. Arranjos computacionais e robóticos são capazes literalmente de criar um universo, uma vida em paralelo. Aliás, com o metaverso imagino como a instrumentalização desse tipo de arranjo poderá interferir na vida cotidiana do povo deste país. Constatações simples podem ser feitas quando assistimos ou escutamos notícias à nossa volta e confrontamos com a realidade imediata, com a realidade que está posta. Some-se a isso o fato de que importantes campos do pensamento, como são a ética e mesmo as ciências jurídicas, têm sido deixadas de lado e ignoradas nesta discussão. Justo essas duas áreas que poderiam nos proteger e mitigar os males e prejuízos que podem ser trazidos por essa produção de realidade virtual! É assustador assistir a isso no dia a dia, esse ataque desenfreado que nos distancia do real, em praticamente todas as áreas da sociedade.

PM – A mentira, a falsa informação, os embustes sempre estiveram à disposição da luta política. Não precisamos ir longe. Foi assim com a propaganda nazista, por exemplo, na caracterização dos judeus, dos ciganos, etc., para a construção do que chamaram “solução final”. No Vietnã, os informes falsos foram um elemento-chave do Governo dos EUA na tentativa de convencer os norte-americanos sobre a necessidade da guerra. Não foi diferente quando, no início deste século XXI, os e, que mentiram lá atrás sobre o Vietnã – e sobre

tantos outros países, povos e governos – voltaram a mentir descaradamente anunciando ao mundo que o Iraque possuía armas de destruição em massa para aí ancorar a justificativa da invasão daquele país. O que muda, e muito, são as possibilidades de processar, divulgar, difundir as mentiras na cena contemporânea – para negar a ciência, para vencer uma eleição, para atacar a democracia. Agora, as sociotecnologias digitais da informação e comunicação e sua atuação em rede e em escala planetária tornam o problema das *fake news* ainda maior – o que nos coloca o imperativo de avançarmos na regulação das redes e das novas mídias, condição fundamental da defesa da democracia e que não quer, e não pode, por óbvio, significar o cerceamento da liberdade de expressão.

RC – *Uma última questão para encerrar. Como vocês interpretam os ativismos de resistência, tanto os populares nas comunidades quanto os de artistas e intelectuais na pandemia do Sars-cov? A cultura nos salvará? [podemos começar com o prof. Paulo Miguez]*

PM – Só a cultura (e a política) nos salva, nos salvará!!! Sem a produção de cultura, especialmente, sem as artes, a vida seria insuportável. Seria sem dia seguinte!! Daí que ativismos, seja para resistir, seja para fazer avançar, que venham das comunidades populares ou de artistas e intelectuais das classes médias, são muito bem-vindos, são sempre necessários. Não se pode é optar pelo enclausuramento exclusivista que impede a enriquecedora presença dos outros (que não os meus iguais) e recusa a contribuição milionária da diversidade.

PG – Sou um pouco pessimista em relação a isso, vejo de forma muito cética. Percebo um ativismo que vai aos poucos se transformando em virtual, e me parece sem controle e eficiência. Na medida em que até candidatos a cargos eletivos são avaliados pela capacidade de utilizarem redes sociais e a quantidade de likes e curtidas em páginas, o que esperar? Recebemos todos os dias links de abaixo-assinados em apoio a causas A ou B, mas não conseguimos enxergar onde está a ação prática, real, desse tipo de resistência. Assisto diariamente a colegas postando em suas redes infinitas mensagens de apoios à causa A ou B ou C; mas a vida deles continua inalterada, continua a mesma. Não há disrupção. Veja agora na guerra da Ucrânia: li outro dia que as forças invasoras bombardearam a capital e bombas acertaram um shopping e fiquei me perguntando o que pessoas de um país em guerra faziam num shopping? Como pode haver resistência se estamos levando a vida normal; se normalizamos posições políticas aberrantes, como acontece entre nós? Me parece fácil apoiar qualquer causa tomando um bom vinho, escutando as músicas favoritas e conversando amenidades com meus amigos prediletos. Em contrapartida, me chamaram a atenção as mobilizações feitas em comunidades, em alguns casos liderados pela CUFA. Essas mobilizações conseguiram salvar vidas na pandemia, criando canais confiáveis de doação e distribuição de alimentos e ajuda a pessoas de áreas vulneráveis. Sim, a cultura pode nos salvar, estou inteiramente de acordo com o professor Miguez, mas a cultura que faça o homem refletir sobre o meio em que vive; que o auxilie a compreender como propor e desenvolver dispositivos que façam a intermediação entre ele e o meio em que vive. A cultura tem esse papel, uma cultura que possa empoderá-lo, no sentido freiriano do termo.